

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE URUAÇU
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Marly Alves de Souza

A Concepção Política de Frei Betto a Partir da Obra Batismo de Sangue

URUAÇU

2018

MARLY ALVES DE SOUZA

A CONCEPÇÃO POLÍTICA DE FREI BETTO A PARTIR DA OBRA BATISMO DE
SANGUE

Monografia apresentada a Universidade Estadual de Goiás, Campos Universitário de Uruaçu como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, sob a orientação do professor Me. Jean Isídio.

URUAÇU

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE URUAÇU

Página de aprovação

A Concepção Política de Frei Betto a Partir da Obra Batismo de Sangue

Marly Alves de Souza

Monografia apresentada dia _____ de _____ de 2018 e aprovada pela
Banca Examinadora formada pelos seguintes professores:

Prof. Me. Jean Isídio dos Santos
Orientador

Arguidor Interno: Prof. Dr. Erisvaldo Pereira de Souza

Arguidor Externo: Prof. Me. Diego de Moraes Campos

Uruaçu
2018

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial para minha mãe Divina Paula que desde sempre me incentivou, e se dedicou pra que eu pudesse levar adiante meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha mãe Divina Paula e minha irmã Eva Alves, que não mediram esforços me dando apoio financeiro e incentivo, para que eu pudesse realizar essa graduação. Ao meu pai Carlos Alves, que durante os quatro anos de curso, se prontificou e cumpriu sem falta em me buscar no ponto de ônibus todas as noites.

Ao professor Jean Isídio pela disponibilidade para a orientação, paciência e incentivo para que fosse possível a conclusão deste trabalho. Agradeço também a todos os professores do curso de licenciatura Plena em História pela contribuição na minha formação.

Agradeço também aos queridos amigos, Sandra Nunes, Mariene Azevedo, Ana Beatriz Santos, Kátia Souza e Kennedy Matos pelo incentivo, apoio e companheirismo. Enfim agradeço a todos, que de maneira direta ou indiretamente fizeram parte da minha vida ao longo do curso o meu muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho tem como fonte pesquisa a obra *Batismo de Sangue* (1982) de autoria de Carlos Alberto Libânio, buscaremos fazer reflexões sobre o conceito de intelectualidade e engajamento político, uma vez que Frei Betto um religioso membro da Igreja Católica, se dedica ao trabalho intelectual. A pesquisa também mostra como Frei Betto optou pelo engajamento no movimento estudantil, e o desenrolar da sua militância durante a resistência à ditadura, por volta de 1968, considerando que ele pertencia a ordem dominicana e era militante político durante a ditadura militar no Brasil. Este trabalho analisa a concepção política de Frei Betto a partir da obra *Batismo de Sangue*, veremos também como é essa relação entre política e religião segundo Frei Betto.

Palavras chave: Intelectualidade, engajamento político, política, religião, libertação.

ABSTRACT

This work has as its research the work *Baptism of Blood* by Carlos Alberto Libânio, we will seek to reflect on the concept of intellectuality and political engagement, since Frei Betto a religious member of the Catholic Church, is dedicated to intellectual work. The research also shows how Frei Betto opted for engagement in the student movement and the development of his militancy during the resistance to dictatorship around 1968, considering that he belonged to the Dominican order and was a political activist during the military dictatorship in Brazil. This work analyzes the political conception of Frei Betto from the work *Baptism of Blood*, we will also see how this relation between politics and religion in the conception of Frei Betto.

Keywords: Intellectual, political, engagement, student movement, religion, release.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: REFLEXÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE INTELECTUAIS E ENGAJAMENTO POLÍTICO.....	4
1.1. Reflexões sobre o conceito de intelectualidade.....	4
1.2. Engajamento político.....	10
CAPÍTULO II: DITADURA MILITAR NO BRASIL.....	14
2.1. Breve contextualização Histórica do golpe de 1964.....	14
2.2. Ditadura militar - Perseguição Política aos intelectuais.....	17
CAPÍTULO III: RELIGIÃO E POLÍTICA NA OBRA BATISMO DE SANGUE.....	21
3.1. Breve contextualização da obra Batismo de Sangue.....	21
3.2. Frei Betto e o engajamento político.....	21
3.3. A questão da religião libertadora na obra Batismo de Sangue.....	25
3.4. Religião e política segundo Frei Betto.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36

INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscaremos desenvolver uma pesquisa a partir do livro “Batismo de Sangue” (1982), com o objetivo discutir os conceitos de intelectualidade¹ e engajamento político. Também com os objetivos de localizar a concepção política de Frei Betto a partir da obra Batismo de sangue e analisá-la.

Frei Betto apresenta na obra Batismo de Sangue o período de endurecimento da ditadura militar no Brasil. O período entre 1968 e 1973 é marcado pela resistência de vários setores da sociedade, dentre eles alguns membros do clero² que formavam uma parte da Igreja Católica que eram contrários ao golpe de 1964, precisamente um grupo de frades dominicanos³, no qual mostra na obra sua luta e de seus companheiros da ordem dominicana que se engajaram contra a repressão, no contexto da ditadura militar no Brasil.

O livro Batismo de Sangue é uma obra escrita por Carlos Alberto Libânio Christo, conhecido como Frei Betto, foi publicada no ano de 1982. Através do depoimento pessoal de Frei Betto. A obra Batismo de Sangue se destaca como o melhor livro de memória do ano. Recebendo o prêmio Jabuti no mesmo ano de sua publicação, o livro inspirou a produção cinematográfica lançada no ano de 2007, com direção do cineasta Helvécio Ratton e roteiro de Dani Patara, onde o filme é baseado na obra citada.

A pesquisa busca compreender a partir do livro Batismo de Sangue: Qual seria a concepção política do autor? Na tentativa de conciliação entre uma ação política com os princípios da fé cristã, pressupõe-se que Frei Betto veja que uma prática de fé só se concretiza com uma ação política.

Essa pesquisa tem relevância, pois, apesar da Igreja Católica ser uma instituição de caráter conservador, alguns membros desta instituição foram militantes políticos, provocando divergências dentro da própria hierarquia da igreja, e acusados de terrorismo e práticas subversivas. Neste embate entre política e religião, temos as

¹ A intelectualidade é composta por indivíduos especializados no trabalho intelectual, [...]. Ela é uma classe social cuja função é a produção cultural e cujo papel [...] (VIANA, 2013, p.77).

² A alta hierarquia da igreja católica apoiou o golpe de 1964, esta ala conservadora da igreja saiu em defesa de seus interesses ao apoiar setores conservadores, empresários, e optou por ficar do lado de quem estava no poder naquele momento.

³ A ordem de São Domingos foi fundada na França, por volta de 1216 por Domingos Gusmão, a ordem dominicana é conhecida como a ordem dos pregadores.

figuras de Frei Betto, juntamente com seus companheiros os freis Tito de Alencar, Fernando de Britto e Oswaldo Resende engajados na militância política.

A reflexão a partir do caráter conservador da Igreja Católica, pôde manifestar indivíduos engajados na militância contra o regime. Devemos levar em consideração que o regime militar, colocou em risco as atividades de religiosos no Brasil entre as décadas de 1968 e 1970. O convento dos dominicanos, realizavam atividade em São Paulo e em Belo Horizonte, ajudando aqueles que fugiam da repressão e com isso tornaram-se alvo de intensa perseguição, acusados também de serem militantes da ALN⁴ (Aliança Libertadora Nacional).

Setores conservadores da Igreja Católica no contexto do golpe de 1964, se posicionam em apoio as forças armadas que acabavam de assumir o poder. Sobretudo em 08 de março de 1964 quando promoveu a *“Marcha da Família com Deus pela Liberdade”*⁵, ou seja, quando apoiou um regime totalitário e anti-subversivo de teor conservador.

Os frades dominicanos que foram perseguidos durante a ditadura, eram militantes engajados no movimento estudantil⁶, dentre esses movimentos destacava JUC (Juventude Universitária Católica) e a JEC (Juventude Estudantil Católica), pois, segundo a Arquidiocese de São Paulo (1985) os movimentos da Juventude universitária católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), ligados a ação católica, foram atingidos pela repressão militar,

A perseguição aos religiosos dominicanos se intensifica, a partir do cenário criado pelo decreto do Ato Institucional AI-5 em dezembro de 1968, onde são retirados todos os direitos individuais dos cidadãos sendo assim havia perseguição à grupos de oposição ao regime. “Nos anos 1970, tornou-se um verdadeiro risco as atividades de padres, pastores, bispos e cardeais. Os dominicanos de São Paulo e algumas freiras foram submetidos à tortura”. (CONTREIRAS, 2005, p.150).

⁴ Segundo Betto (1982) a organização foi fundada em 1967 pelo seu líder Carlos Marighella, com objetivo de derrubar o governo militar através da luta armada, começa a ser mais expressiva a partir do ano de 1968.

⁵ Desde o início de março, setores das classes médias e da burguesia, sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da propriedade, da fé religiosa e da moral saíram às ruas em diversas capitais a fim de pedir o impeachment do governo federal. Entre estas manifestações civis, destacou-se a “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, realizada em São Paulo, [...], com inteira colaboração do governo de São Paulo, de setores da Igreja católica, da FIESP, da Sociedade Ruralista Brasileira, [...]. (TOLEDO, 1984, p.99).

⁶ Eram movimentos vinculados a Igreja Católica voltados para discussões de fé e questões políticas.

Segundo Frei Betto (1982), ele e seus companheiros da sua ordem religiosa, se envolveram contra o regime militar que por cerca de 21 anos dominou o país. Frei Tito e os outros religiosos da ordem dominicana, com exceção de Frei Betto, foram barbaramente torturados pelos militares, já que a tortura é um dos mecanismos adotado em um regime militar.

Levando em consideração que além de religioso Frei Betto é um intelectual, que tem publicado diversas obras ao longo de sua vida, e que busca em outros autores compreender determinadas questões presentes na sociedade. O intelectual Frei Betto possui um histórico de engajamento na luta política durante a ditadura militar, e deu continuidade em sua carreira com várias publicações de livros e artigos voltados para questões políticas.

Mas, vale ressaltar, que Frei Betto sendo o autor do livro em questão, foi um militante juntamente com os seus companheiros da ordem dominicana, foi preso, viu os reflexos da tortura, resistiu e para apresentar ao mundo o que viveu de degradante, desumano, pois a repressão deixou marcado pela injustiça do governo militar sobre os presos políticos.

A metodologia proposta para realização da pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica por meio de um estudo a partir da obra de frei Betto *Batismo de Sangue*, e bem como outras bibliografias complementares como, Viana (2013), Marques (2013), Souza (2013), Braga (2014), Proto (2017) dentre outros.

No primeiro capítulo, reflexões sobre o conceito de intelectualidade, faremos uma discussão do conceito de intelectualidade e da função social, bem como do engajamento dos intelectuais, com isso, nos permitirá localizar dentro da intelectualidade a concepção política do autor na obra.

Apresentaremos no segundo capítulo, ditadura militar no Brasil um panorama histórico do golpe de 1964 e dos seus desdobramentos a partir do golpe, mostrando como foi a perseguição aos intelectuais, e as interferências do governo militar dentro das universidades dentre elas USP, UFSP, UNB, UFRS, bem como outras instituições.

No terceiro capítulo, política e religião segundo Frei Betto, iremos trabalhar com foco no livro, inicialmente faremos uma trajetória do engajamento político de Frei Betto, em seguida reflexões do conceito religião libertadora, e por fim uma análise da concepção política do autor a partir da obra.

CAPÍTULO I: REFLEXÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE INTELLECTUAIS E ENGAJAMENTO POLÍTICO.

1.1. REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE INTELLECTUALIDADE

O conceito de intelectualidade tem sido largamente discutido na universidade por uma série de viés interpretativos acerca do conceito, da postura do intelectual e do seu papel social. Iremos apresentar alguns posicionamentos sobre intelectualidade e conseqüentemente os saberes que estes produzem.

Todo esse conhecimento chega a sociedade e é reproduzido, é a base não apenas para dar fundamentação teórica, mas também é absolvido e reconhecido como legítimo. O conhecimento produzido pode expressar um caráter conservador, reformista ou revolucionário. Dos diversos profissionais responsáveis pela produção e legitimação dos saberes para a sociedade, o intelectual tem a responsabilidade não apenas na formação de outros profissionais para o ofício, mas deve levar em consideração que poderá influenciar na consciência do indivíduo, é relevante refletir acerca da intelectualidade.

Mas o conceito de intelectualidade é um conceito amplo e que agrega diversas concepções e interpretações, além das distinções entre os intelectuais no interior da intelectualidade. Sobre o conceito de intelectualidade Marques (2013) defende que, diversas conceituações já foram realizadas sobre o que é intelectualidade demonstrando que não há consenso do que seja. Há, todavia, certa concordância que desempenham um papel fundamental no capitalismo (MARQUES, 2013, p.17).

A intelectualidade nos remete a uma série de indagações sobre o conceito, tais como: o que é ser intelectual? Quando surge o conceito? Qual a sua função social? Quais perspectivas os intelectuais nos apresentam? A escolha deste conceito busca no interior da intelectualidade apresentar concepções acerca dos intelectuais bem como a sua função social. Na discussão sobre o “papel”, “missão”, “vocação”, “responsabilidade” do intelectual, muitos pensadores confundem o que o intelectual realmente é e o que ele deve ser (VIANA, 2013, p.88).

Quando se fala em intelectualidade *a priori* pensamos a universidade como o berço da intelectualidade, da produção dos saberes e da legitimação deste. Estes intelectuais detêm o conhecimento em áreas específicas, bem como em vários

campos dos saberes, de fato intelectual é aquele que produz e reproduz ideias, concepções e conhecimentos. Mas a concepção que temos do conceito é que se trata de produções de autores renomados e especializados, de um vasto campo de produção de conhecimento, a quem tem autoridade para discutir as mais variadas temáticas e questões presentes na sociedade e que serão reproduzidas. De acordo com Viana (2006) pensamos o intelectual como alguém culto que se destaca pelo grau de sua inteligência.

Os termos *intelectuais*, *intelectualidade*, *intelligentsia* são bastante ambíguos e recebem as mais variadas definições e abordagens. Nas representações cotidianas, um intelectual é alguém “inteligente”. O termo *intelligentsia* é, formalmente mais próximo deste sentido, mas mais distante em seu conteúdo, já que não é uma referência positiva e sim negativa em relação ao coletivo dos intelectuais. Do ponto de vista teórico, indo além das representações cotidianas, os intelectuais não se caracterizam por sua elevada “inteligência” e sim por sua posição no conjunto das relações sociais. Por conseguinte, é através do seu papel na divisão social do trabalho que podemos entender quem são os intelectuais (VIANA, 2006, p.01).

De acordo com Viana (2013) a classe intelectual surge com a divisão social do trabalho entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a partir dessa divisão de classes, é que surgem os intelectuais, Marx os chamava de ideólogos. Sendo ideólogos os que produzem ideologias, no qual ideologia é denominada para Viana (2006) como “falsa consciência da realidade”, são ideias que não correspondem à realidade existente, ideologias são produzidas em todas as classes sociais e não especificamente é produzida por intelectuais, essas ideias falsas que são sistematizadas em conhecimentos.

Esses intelectuais à medida que vão se configurando como uma classe social, vão se dedicar ao trabalho especializado nas universidades⁷. Segundo Braga (2014) a universidade é uma instituição burguesa que trabalha para o capitalismo, sendo uma instituição ligada a burocracia ela expressa valores que são presentes na lógica do capitalismo, e que na universidade a hierarquia consiste em quem tem o poder de dirigir e em quem é dirigido. Então, sendo a universidade uma instituição burguesa, os intelectuais que nela trabalham estão submetidos a reproduzir o que esta classe pretende exercer sobre a sociedade que é a dominação inclusive no campo da produção dos saberes.

⁷ A universidade é fruto do desenvolvimento do capitalismo (BRAGA, 2014, p.19).

Os intelectuais que estão a serviço de produzir conhecimento para manter a hegemonia da classe dominante ocupam lugar de relevância na sociedade, "os intelectuais, em todas as sociedades, fazem parte das classes sociais privilegiadas, sendo sempre uma classe auxiliar da classe dominante e que se dedicam exclusivamente ao trabalho intelectual (VIANA, 2006, p.01)". De acordo com Viana,

A intelectualidade é composta por indivíduos especializados no trabalho intelectual, tais como cientistas, filósofos, artistas, etc., o que gera um determinado modo de vida específico desta classe, além de gerar interesses, valores, representações, e, ainda, conflito com determinadas classes sociais. Ela é uma classe social cuja função é a produção cultural e cujo papel é auxiliar a classe dominante, capitalista, no processo de reprodução social. (2013, p.77).

Nesta perspectiva vemos que os intelectuais que representam a classe social⁸ dominante, expressam não apenas interesses desta. Mas representa um importante instrumento na manutenção de interesses⁹ da burguesia, mas vale ressaltar que os intelectuais também trabalham para interesses próprios.

A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, [...] (MARX; ENGELS, 1999, p.27). O ofício destes intelectuais, consiste em reproduzir e compactuar com as ideias de dominação expressas por esta classe, neste sentido, vê-se outra forma de dominação que agora não é apenas nos meios de produção e exploração, mas também quanto ao conhecimento produzido.

A classe dominante (sendo que no capitalismo é a burguesia) domina a produção material e, por conseguinte, a produção intelectual. Tal classe possui não apenas os meios de produção material, mas também os meios de produção intelectual. Por isso, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante. (VIANA, 2013, p.80).

Grande parte dos intelectuais, assumem várias posições políticas pretensamente neutras e conservadoras e não se posicionam nos espaços políticos. O poder do conhecimento produzido por estes intelectuais é capaz de negligenciar aspectos importantes dos reais problemas políticos, econômicos e sociais presentes em nossa sociedade, e não apresentar meios de se livrar das amarras da sociedade

⁸ Refere-se a burguesia como classe dominante na sociedade capitalista.

⁹ Viana e Braga concordam que os interesses da classe burguesa consistem em manter a sua dominação nos meios de produção, e também domina no campo do conhecimento.

capitalista e liquidar com este sistema de exploração, apenas reforçam o poder da classe dominante.

Na perspectiva da classe dominante os intelectuais assumem a seguinte posição: a posição de classe dos intelectuais burgueses se torna clara quando desqualificam ou colocam no esquecimento produções que expressam a consciência do proletariado revolucionário (MARQUES, 2013, p.33). Os intelectuais que assumem sua função social do lado oposto da burguesia, consistiria em assumir uma posição política e uma ação política que lutasse para a derrubada dos interesses do Estado em manter a dominação não apenas nos meios de produção, mas também do trabalho intelectual.

Posto isto fica claro o papel conservador dos intelectuais numa determinada sociedade concreta. A produção intelectual é subordinada aos interesses da classe dominante, e por isso, não tem o menor sentido de ficção segundo a qual os intelectuais seriam um setor progressista da sociedade, ou então a de que a educação, a produção científica, etc., seriam elementos que contribuiriam com a emancipação humana. Os intelectuais, por sua posição social e os interesses e valores derivados dela, são agentes da conservação e não da transformação (VIANA, 2006, p.02).

A classe dominante é conservadora, e expressam ideias conservadoras, e que são reproduzidos pelos intelectuais, assim com o conservadorismo da classe dominante, os intelectuais garantem sua posição e seus privilégios de classe que os mantém ativos em seu papel enquanto intelectual que não visa as transformações sociais. De acordo com Souza,

Quanto mais o capitalismo enquanto modo de produção se desenvolve, a ciência acompanha seu desenvolvimento, novas necessidades apareçam, e faz com que novas ciências também apareçam para dar continuidade e reproduzir o capitalismo, [...] (2013, p.117).

Segundo Marx e Engels “De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária (1999, p.24)”. Cabe aos oprimidos se organizarem e emanciparem uma vez que se tornarem indivíduos autônomos, a burguesia perde o seu poder, pois aí está a importância do Estado que é o de manter os intelectuais que expressem valores conservadores para a classe burguesa. No interior da intelectualidade é importante fazer uma ressalva que esta

posição assumida por intelectuais que estão a serviço da classe burguesa não é hegemônica.

Intelectualidade, enquanto classe social, é conservadora, o que não quer dizer que todos os intelectuais, ou seja, todos os indivíduos pertencentes a esta classe, sejam conservadores. O indivíduo possui uma autonomia relativa e, dependendo do desenvolvimento de sua consciência, valores, interesses, pode, mesmo pertencendo a uma classe social conservadora, romper com a reprodução das concepções desta. Obviamente que apenas uma minoria poderia realizar tal processo, pois a posição social (o seu modo de vida e todos os valores, interesses, etc., derivados dele) da intelectualidade predispõe todos os indivíduos que a compõe ao conservadorismo (VIANA, 2006, p.03).

Há aqueles que não permanecem indiferentes ao que ocorre na sociedade e denunciam e apontam para meios que possam fazer uma revolução transformando a sociedade, e não apenas mudanças pode-se dizer que se trata do intelectual comprometido com a luta revolucionária.

Assim, os intelectuais passam de serviçais do poder para críticos do poder e este é o papel do intelectual que supera os seus interesses imediatos e egoístas e passa a defender os interesses gerais da humanidade, que são também seus interesses, contribuindo, assim, com a emancipação humana (VIANA, 2006, p.05).

O comprometimento destes intelectuais em assumir uma posição política contrária ao conservadorismo e deixando de lado seus ¹⁰próprios interesses, são exemplos de intelectuais que são engajados contra a manutenção da dominação da sociedade pelas classes dominantes, apresentam outra perspectiva que é oposta ao conservadorismo. Questiona Viana,

E o que podem fazer os intelectuais que rompem com o conservadorismo de sua classe? Não se trata de abandonar o próprio pertencimento de classe, pois não é esta a questão. O intelectual, neste caso, deve realizar um engajamento na luta pela transformação social e abolição das classes em geral, inclusive da sua própria classe social. Isto pode ser feito sob as mais variadas formas, desde a ação política concreta até a própria atividade profissional, direcionada para a crítica das ideologias, da burocracia e do próprio papel do intelectual na sociedade moderna. A articulação do intelectual com o movimento operário, os movimentos sociais, as lutas políticas concretas também assumem importância neste contexto. Além disso, é fundamental a contribuição com o desenvolvimento do pensamento complexo no sentido de desvendar as diversas formas de dominação e reprodução da exploração e opressão. Assim, os intelectuais passam de serviçais

¹⁰ Para Viana (2006) os intelectuais garantem altos salários, prestígio dentre tantas outras condições de privilégios, nisto consiste os seus próprios interesses.

do poder para críticos do poder e este é o papel do intelectual que supera os seus interesses imediatos e egoístas e passa a defender os interesses gerais da humanidade, que são também seus interesses, contribuindo, assim, com a emancipação humana (VIANA, 2006, p.05).

Mas é a tomada de consciência do intelectual quanto ao seu papel de produtor de conhecimento especializado, que o fará assumir um posicionamento crítico dentro da sociedade, pois “o objeto do trabalho intelectual é o próprio pensamento” (PROTO, 2017, p.33). Com isto, fica claro que tomando consciência do seu papel, fica evidente o engajamento do intelectual, seu posicionamento político na luta contra os interesses burgueses.

Diante de tudo que foi levantado e das desconfianças e dúvidas acerca do conceito de intelectualidade, é notório observar que, no âmbito da produção dos saberes, há um papel importante para os intelectuais desempenhar, este papel consiste em reconhecer que ele tem uma função social¹¹, que está além do serviço prestado em auxílio da classe dominante. Assim, também rompendo com seus próprios interesses, que consiste em se manter em uma posição privilegiada dentro da sociedade, ganhando salários expressivos, reconhecimento profissional voltado para fama.

Concordamos com Viana quanto os intelectuais serem uma classe que auxilia a classe dominante na reprodução de valores. Quanto a postura do intelectual, pois, observando que tem um importante papel na sociedade, não vemos por parte da maioria dos intelectuais um posicionamento quanto a esse processo de dominação. Tampouco quanto ao modo de produção capitalista, que não apenas domina os meios de produção, mas também o campo do saber. Se voltássemos nossa atenção em observar a postura do intelectual poderíamos compreender melhor como a intelectualidade tem se mostrado atualmente diante do dinheiro e do poder.

Enfim, a função social dos intelectuais na perspectiva que foi discutida, e das relações sociais, está em assumir uma postura crítica mesmo dentro da sua classe social no qual está inserido que é a intelectualidade. Mas que possa contribuir apontando para os meios de derrubar as barreiras impostas pelo capitalismo, e que impedem os homens de serem emancipados. O Estado busca maneiras de camuflar

¹¹ Viana (2006) Refere-se ao intelectual que não trabalha para a manutenção de valores conservadores das classes dominantes.

as mazelas existentes na sociedade, estas que são decorrentes da lógica do capitalismo.

Segundo Marx e Engels (1999) o Estado burguês serve aos interesses da classe dominante, que é a burguesia na qual produziu o proletariado, na medida em que, a indústria se desenvolve cada vez mais aumenta o número de explorados, são vistos como mercadoria, no qual vendem a sua força de trabalho. No entanto, somente a classe oprimida, enfim o proletariado pode fazer a revolução e transformar a sociedade capitalista como um todo.

Este mesmo Estado acaba implantando medidas “paliativas” e não solução de problemas, por detrás de tais medidas está a questão do reformismo dentro da sociedade, não estabelecem políticas sociais que estejam voltadas para resolver os problemas.¹² Somente a emancipação do homem poderia transformar a sociedade, com isso é o único caminho possível para a derrubada da sociedade atual.

No próximo tópico nosso objetivo é discutir sobre a questão do intelectual e o engajamento, pois é necessário fazer reflexões neste contexto. Assim devemos levar em consideração que não fomos educados para compreender este processo de dominação, são muitos aspectos deste processo que são incompreendidos, não são todos que têm consciência das diversas contradições presentes no sistema de exploração capitalista no qual estamos inseridos.

1.2. INTELECTUAIS E ENGAJAMENTO POLÍTICO

Nas reflexões que foram realizadas no tópico anterior, podemos perceber como o conceito de intelectualidade requer uma análise, pois é um conceito amplo com diversas discussões que já foram realizadas. Assim como foi analisado apresentamos anteriormente respectivas concepções¹³ de alguns autores citados acima, que discutem acerca do conceito de intelectualidade na perspectiva do marxismo, o que

¹² Viana (2006) defende que somente é possível derrubar o modo de produção capitalista com a emancipação humana, transformando a sociedade e liquidando com o este sistema, bem como com as divisões de classes sociais.

¹³ Autores tais como Viana (2006;2013), Braga (2014), Marques (2013), Souza (2013), concordam em suas concepções em algumas questões relacionadas ao papel intelectualidade como uma classe auxiliar da classe burguesa;

nos proporcionou levantar mais questões em torno deste conceito, e que neste momento da discussão a proposta está relacionada aos intelectuais e o engajamento¹⁴. Viana (2015) defende que os intelectuais engajados, estes, por seu próprio posicionamento, dificilmente possuem uma posição social superior na classe intelectual (2015, p.28).

Ambos os autores Viana (2006; 2013), Marques (2013), Souza (2013), Braga (2014) que foram citados no tópico acima, em suas concepções sobre o conceito de intelectualidade nos quais compreende os intelectuais como uma classe social, concordam em diversos aspectos quanto aos intelectuais, dentre esses aspectos, cabe situar no que diz respeito ao posicionamento político de muitos intelectuais, nos quais apresentam em suas discussões os intelectuais que permanecem indiferentes aos problemas sociais e se mantêm na neutralidade, assim distinguindo-os de outros intelectuais que se engajam na luta contra as ideias, valores, representações que expressam a classe burguesa. Com isso, podemos perceber que há uma dura crítica¹⁵ a classe intelectual que se encontra subordinada a classe burguesa, a partir daí nos leva a questionar a maneira a postura do intelectual¹⁶ pode refletir diretamente nas contradições existentes na sociedade?

As posturas intelectuais são as posturas dos intelectuais, indivíduos pertencentes à classe intelectual, que expressa sua posição social no interior desta classe e seu posicionamento diante dela e da sociedade como um todo, incluindo suas concepções políticas. Essas posturas sociais variam de acordo com os indivíduos e, no caso mais específico das posturas intelectuais, variam também de acordo com a fração de classe ou esfera social de pertencimento (VIANA, 2015, p.26).

Mas no decorrer desta discussão iremos focar na postura do intelectual engajado, ao analisar a questão do engajamento é possível percebermos as concepções políticas daqueles que integram a intelectualidade, como autor acima nos

¹⁴ Na visão de Proto (2017) o engajamento político está em uma perspectiva de práxis revolucionária.

¹⁵ Sobre os intelectuais que trabalham para a classe dominante: Os venais são aqueles intelectuais que possuem um vínculo mais forte com o capital. São intelectuais que servem a determinados instituições burguesas, empresas capitalistas, sendo mais comum o seu vínculo com o capital (VIANA, 2015, p.26).

¹⁶ Viana (2015) denomina as diversas posturas intelectuais como sendo distintas, cada uma com suas especificidades, assim configurando-as como hegemônicas, dissidentes, ambíguas, venais, engajadas e amadoras.

alerta. No que diz respeito ao engajamento dos intelectuais, faz-se necessário abranger a discussão sobre esta temática.

Com foco no campo de atuação destes intelectuais, bem como na importância do engajamento, em uma perspectiva de mudanças que venham contrariar as ideias de reformismo que são impostas para a sociedade, Souza (2017) nos apresenta algumas possibilidades e dificuldades no campo de atuação dos intelectuais que estão engajados na luta política.

No caso do intelectual engajado, sua entrada é dificultada pela questão do mesmo ser um indivíduo de perspectiva distinta das estabelecidas, onde ele, normalmente vai se posicionar de forma crítica e contestando determinadas formas de dominação estabelecidas. Mas no geral, é possível que um intelectual engajado possa atuar em instituições, não para reproduzir os valores dominantes, mas para contestá-los, produzindo um saber distinto. No interior de escolas, faculdades e universidades tem indivíduos que partem desta perspectiva, mas estes terão mais dificuldades, tanto para entrar, mas também para desenvolver suas atividades políticas. O intelectual engajado tem na universidade uma de suas formas de luta. Este pode atuar em movimentos sociais, culturais etc., mas também para desenvolver suas atividades políticas (SOUZA, 2017, p. 51).

Na visão de Proto (2017) podemos compreender o intelectual engajado como um importante instrumento no que diz respeito ao dar um aporte teórico no processo revolucionário, desprezando valores dominantes e auxiliando o proletariado, dando ênfase aos interesses desta classe, pois o sujeito que poderá fazer uma revolução não se trata do intelectual. Neste sentido, Viana aponta para o conceito de luta cultural,

A luta cultural pode e deve ocorrer sob as mais variadas formas, tal como concretamente ocorre. A teoria, a arte, o humor, a propaganda generalizada, a crítica, os projetos alternativos, são formas de luta cultural, bem como isso pode e deve ser feito sob os mais variados meios: livros, revistas, panfletagens, boletins, obras de arte (música, poesia, contos, etc.), uso da internet, etc. Assim, é necessário compreender que a luta cultural é um elemento fundamental da luta de classes em geral e da luta proletária em particular (2015, p.50).

Diante dessa citação acima, assim nos leva a refletir como atualmente o intelectual engajado tem atuado na vida social derrubando os artifícios de dominação por parte da classe dominante, bem como contribuindo para que a humanidade se atente as contradições sociais.

Mas se de fato no interior da intelectualidade o engajamento político tem sido encarado em uma perspectiva revolucionária, vista como uma maneira de transformação social no contexto do capitalismo. Neste sentido, fica claro que como mencionaremos posteriormente em um outro tópico, também que essa posição de classe auxiliar da burguesia não é homogênea no interior da intelectualidade. O que fica evidente é que as lutas políticas, com o objetivo da emancipação humana, são possíveis, vale ressaltar que muitos intelectuais não se posicionam de maneira crítica dentro da sociedade e trabalham para a garantia dos interesses dominantes, estes intelectuais são os ideólogos¹⁷.

Também apresentamos algumas perspectivas dos autores que foram trabalhados durante as reflexões realizadas, quanto ao papel do intelectual engajado, que consiste em contribuir com a compreensão e contradições do sistema de exploração capitalista nos quais estamos inseridos. Levando em consideração que não fomos educados para compreender esse processo, e que em nosso cotidiano nos é ocultado, mas que através do engajamento de muitos intelectuais comprometidos em apontar os caminhos para a luta contra os interesses das classes dominantes.

Porém, no interior da intelectualidade podemos identificar as diversas concepções políticas que alguns intelectuais expressam através da sua postura enquanto intelectual. Tais concepções podem não ser completamente claras em seus objetivos, algumas podem apresentar um caráter de reformas, outras um grande potencial transformador da sociedade, mas quem realmente expressa este potencial transformador é o intelectual engajado. A respeito de concepção política propomos fazer uma análise da concepção política de Frei Betto a partir da obra *Batismo de Sangue*, que será aprofundada mais adiante nesta pesquisa.

¹⁷ Para Viana (2013) Marx os denominava de ideólogos, que são aqueles que produzem ideias falsas da realidade.

CAPITULO II: DITADURA MILITAR NO BRASIL

2.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO GOLPE DE 1964

No ano de 1964 teve início o período de autoritarismo no Brasil, um golpe de estado articulado em defesa dos interesses econômicos dos grandes empresários, EUA, latifundiários e demais setores conservadores, contra o avanço de forças sociais que pressionava o governo de João Goulart (1961-1964). Sendo assim, para que houvesse reformas que favorecessem a população, contrariando os interesses das classes dominantes. Toledo (1984) diz que essas propostas tinham um caráter reformista, e não revolucionário seriam apenas para amenizar as dificuldades enfrentadas pelas classes proletárias.

Não foram apenas setores populares e progressistas que politicamente se mobilizaram nesse período. Os empresários – bem como militares e setores da igreja católica – organizaram-se para defender seus interesses e para combater o avanço político dos movimentos sociais de orientação nacionalista e de esquerda (TOLEDO, 1984, p.83).

O governo de João Goulart teve início de maneira conturbada, a partir da renúncia de Jânio Quadros, este na tentativa de fazer uma jogada para retomar o poder novamente, mas contando que renunciando contaria com o apoio em massa para o restabelecimento do seu governo, vê seu plano de voltar ao governo desmoronar ao renunciar em 25 de agosto de 1961, contrariando as suas expectativas. “Na sua fantasia, Quadros voltaria, pois nos “braços do povo” (TOLEDO, 1984, p.08). Posteriormente à posse do seu vice João Goulart sofre pressão dos setores conservadores para que não acontecesse. Enquanto que forças democráticas na tentativa de não deixar isso acontecer, conseguem dismantelar a tentativa de golpe ainda em 1961.

Após a renúncia de Jânio Quadros, a ascensão de João Goulart a presidência foi quase impedida por uma mal preparada manobra militar. “A tentativa de evitar que João Goulart tomasse posse foi travada por um bloco de poder popular, do qual participavam a burguesia industrial de porte médio, os setores agrários do sul do país e políticos tradicionais que se opunham às demandas dos militares da ESG e aos interesses multinacionais e associados.” Chegou-se a um acordo fixando-se a presidência a um programa de inspiração pessedista e impondo-se um regime parlamentar que, efetivamente, limitou o poder de João Goulart (DREIFUSS, 1981, p.130).

João Goulart assume seu governo em 1961, contrariando militares e setores conservadores não tendo autonomia para governar, ficando à mercê das decisões de outrem ficando sob o regime parlamentarista de acordo com Toledo (1984) o presidente ficava sob o domínio do conselho de ministros, tanto nas questões de elaboração de leis, orçamentos dentre outros aspectos do governo.

O governo de Goulart entre 1961 e 1963 não possuía autonomia para governar, portanto chegando o final do regime parlamentarista, João Goulart assume um governo de caráter reformista, segundo Dreifuss (1981), era um governo nacional-reformista. Além de limitar a ação de poder das multinacionais no Brasil, em suas ações, fora contrariando os grandes empresários e o capital estrangeiro, nos quais estavam restritos aos seus próprios interesses econômicos.

Algumas medidas tomadas pelo governo de João Goulart, e que agitando violentamente os interesses multinacionais e associados, foram: a lei restringindo a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes, o que, de certa forma, impedia a saída maciça do capital transnacional no Brasil, retirando-lhes os extraordinários privilégios concedidos em grande parte durante a administração de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros. A partir dessas cláusulas, o capital estrangeiro e o capital nacional seriam tratados em igualdade de condições (DREIFUSS, 1981, p.31).

O governo sob forte pressão da sociedade para ações que implicassem em benefícios que favorecesse populares através de reformas, mas que desagradava aos interesses econômicos das classes média e alta, a partir de então cria-se uma imagem negativa do então presidente, sendo este visto pela população como um governo desorientado, incompetente, foi essa imagem criada e propagada por setores de imprensa, que gerou uma crise política e social. Segundo Toledo (1984) a insatisfação não apenas da direita mas desconfiança por parte da esquerda.

Abrindo espaço para que os interesses das classes dominantes se ascendessem ao poder, João Goulart caiu no descrédito da população, e seu governo foi enfraquecendo cada vez mais por intensa crise política e econômica.

Iniciou-se uma espiral viciosa de greves das classes trabalhadoras e de descontentamento das classes médias. Ao diminuir “o ritmo de desenvolvimento”, tanto as classes trabalhadoras quanto o governo viram-se sob um forte ataque da mídia e da opinião pública definida a partir dos interesses das classes médias, ataque regido pelas classes dominantes (DREIFUSS, 1987, p.134).

Esse intenso conflito de interesses durante o governo Goulart, levaram a sua derrubada do poder em abril de 1964. A direita e os Estados Unidos se posicionam ferrenhamente contra o governo “Em abril de 1964, cumprindo seus deveres patrióticos” setores da chamada” sociedade civil” e do Estado norte-Americano, “salvariam” a nação (TOLEDO, 1984, p.87).”

Tudo que visava minar o poder do Executivo Federal era incentivado pelos EUA. Thomas Mann, secretário de Estado para assuntos Interamericanos, declarou a respeito: “quando assumi o cargo, até mesmo antes, estávamos conscientes de que o comunismo estava corroendo o governo do presidente João Goulart, [...]”. Documentos do Departamento de Estado Norte americano, recentemente revelados à opinião pública, evidenciam o grau de participação e de envolvimento dos EUA na conspiração e execução do golpe de abril de 1964. [...] (TOLEDO, 1984, p.107-108).

Vemos que desde que assumiu a Presidência da República, o governo João Goulart passa por diversas tentativas de o impedir de governar, desde ao Congresso Nacional, aos demais setores e os Estados Unidos que interferiram na atuação do governo Goulart, pois suas ações reformistas que não chegaram a ser consolidadas como ele propunha, eram barradas por seus opositores. Principalmente quando ele se destina a fazer as tais reformas (agrárias, tributária, constitucional), o que segundo os opositores do executivo, era visto por um governo incapaz politicamente de tirar o país da crise.

Nesse intenso cenário político, de propaganda de ameaça comunista, crise econômica, programa de reformas, incapacidade política, João Goulart perde seu poder, e deixa de ser presidente do Brasil, através de um golpe de Estado articulado por empresários, militares e demais setores conservadores que no dia 2 de abril de 1964 se consolidava. A partir desse momento o Brasil entra em um regime autoritário e os dias que se seguiram após 1964 trouxeram inúmeras consequências para o país, bem como para a sociedade.

2.2. DITADURA MILITAR – E A PERSEGUIÇÃO POLÍTICA AOS INTELECTUAIS

A história brasileira ficou marcada por um período de totalitarismo instaurado em 1964 com um golpe de estado articulado entre as classes dominantes, militares, setores da igreja, imprensa e os EUA. O Brasil viveu 21 anos em regime militar que

perdurou entre 1964 e 1985, durante todos esses anos tivemos centenas de mortes, torturas, estupros, exílios, desaparecimentos, perdas de direitos e garantias individuais. Além de marcas que jamais serão apagadas das vítimas e suas famílias sobreviventes daquele regime.

Os dias sombrios que se seguiram no país durante aquele período, não houve participação do povo nas escolhas dos seus governantes, estes oficiais do exército brasileiro, sendo estes eleitos pelo Congresso Nacional a serviço do militarismo. Em consequência disso tivemos diversas vozes que foram silenciadas desde que se posicionassem contra o regime, muitas vezes não precisavam de muito para ser suspeito para que arrumassem provas contra o indivíduo sob a justificativa de ser uma ameaça à segurança nacional.

Diversos setores da sociedade foram alvo do governo militar dentre eles a universidade, vários intelectuais atuantes da academia sofreram duras perseguições ainda em 1964. “Em 1964 com a finalidade de implantar o controle ideológico e sustar a pretensa subversão política da atividade universitária” (Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.29).

A perseguição aos intelectuais impacta o campo acadêmico brasileiro, desde a perseguição de professores e outros intelectuais que foram perseguidos, exonerados de seus cargos de maneira arbitrária, presos e muitos obrigados a se exiliar, ou até mesmo pedidos de aposentadoria compulsória. O Brasil teve grandes perdas no campo da ciência e da pesquisa, pois o governo militar além de censurar invadiu as universidades com violência. Toda essa repressão foi amparada pelo decreto do Ato institucional nº1 (AI-1), segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade,

Configurado o golpe e nomeado o “Comando Supremo da Revolução”, este tratou de efetuar punições e cassações com a chancela do Ato Institucional (que ficaria conhecido como AI-1) que passou a vigorar em 9 de abril. As instituições universitárias se tornariam, juntamente com sindicatos, alvos da ação repressiva dos governos militares, considerados locais privilegiados para a difusão de doutrinas revolucionárias e de recrutamento para as organizações de esquerda (2014, p.269).

Diversas Universidades como a USP, UFSP, UNB, UFRS, centros de pesquisas foram atingidos, tendo suas instalações invadidas violentamente, bibliotecas com seus livros censurados, suas atividades paralisadas. O governo, respaldado pelos atos institucionais e pela “investigação de subversão”, pressionava

a todo custo, os que não foram destituídos, para terem seus direitos políticos cassados e suspensos.

O governo militar agiu ferrenhamente contra o campo acadêmico do Brasil, isso gerou um grande retrocesso para o país, pois muitos tiveram que buscar asilo político em outros países, pelo motivo de serem perseguidos políticos e não poderem atuar livremente, além de diversas pesquisas e projetos paralisados. De acordo com Carvalho:

Esse surto de terror que se seguiu ao golpe não poupou o setor cultural, alvo de inúmeros atentados, como o incêndio da sede da UNE, a depredação do ISEB, a invasão da Universidade de Brasília (UnB) e o fechamento do MCP. Diversos escritores, artistas e intelectuais sofreram prisões relâmpagos e tiveram seus lares invadidos, com a apreensão de seus pertences pessoais, documentos e livros, sob o pretexto de colher provas de subversão. Ainda sob o governo do “Comando Supremo da Revolução”, importantes personalidades tiveram seus direitos políticos suspensos pelo prazo de 10 anos, como Darcy Ribeiro, Roland Corbisier, Osny Duarte Pereira, Paulo de Tarso Santos, Nelson Werneck Sodré, Júlio Sambaqui, Alberto Guerreiro Ramos, Franklin de Oliveira, Edmar Morel e Ênio Silveira (CARVALHO, 2013, p.75).

A intelectualidade brasileira foi alvo do regime militar, além disso, as universidades brasileiras foram constantemente vigiadas, não respeitando o direito individual de professores e alunos, segundo consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade:

A edição do Decreto nº 477 em fevereiro de 1969, e as atividades desenvolvidas pela Divisão de Segurança e Informações foram cruciais para a instalação de inquéritos e para a concretização dos processos de expulsão de professores e estudantes. A *Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação*, por meio de ações de normatização, vigilância e punição, centralizou o controle sobre o campo do ensino superior (2014, p.283).

Neste cenário agitado após 1964, se intensifica cada vez mais a repressão da ditadura no campo intelectual, o que obrigaram a resistir as investidas cada vez mais duras. Segundo Carvalho (2013) a intelectualidade em 1965 começa a se organizar e formar uma forte oposição ao autoritarismo presente na ditadura militar, inclusive assinam um manifesto em defesa dos seus direitos e liberdade, “o povo e todas as forças políticas para a plena restauração do regime federativo, das liberdades democráticas e dos direitos individuais, tais como expressos na Constituição da República e na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. (p.212). A partir 1968

sucessivamente veio outras investidas do governo de acordo como a Comissão Nacional da Verdade:

O ano de 1969 teve nova onda de aposentadorias compulsórias, no que ficou conhecido como segundo período de expurgo dos professores universitários e pesquisadores. Em final de abril, mais de 40 professores de universidades federais, sendo 23 da UFRJ e 24 da USP, inclusive seu reitor em exercício, foram aposentados com base no AI-5. Entre setembro e outubro do mesmo ano, ocorreu nova leva: 18 da UFRGS e 15 professores da UFMG. Nomes importantes da comunidade acadêmica brasileira, como o biomédico Isaiás Raw, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier e o físico José Leite Lopes, entre tantos outros. Estima-se que cerca de 150 professores foram punidos por atos oficiais do governo federal (2014, p.276-277).

Assim o endurecimento do regime no ano de 1968 com o decreto do AI-5, um período agitado de grandes manifestações por todo o país, a morte do estudante Edson Luís durante uma manifestação, acarretou uma intensa onda de protestos e repressão em toda sociedade, bem como dentro das universidades perseguições políticas e tantas outras arbitrariedades dentro do campo acadêmico.

Como vimos anteriormente após o golpe em 1964 as universidades passaram a ser alvos das intervenções diretas do governo, causando impactos negativos na produção cultural do país. A comunidade acadêmica teve importantes nomes que foram atingidos neste período, com o decreto do AI-5 foram obrigados a dar continuidade a carreira fora do país “Depois do AI-5, então, vê-se a paralisação completa da atividade científica e cultural das universidades” (MATHIAS, 2004, p.104).

Os atentados contra a cultura incluíam as intervenções militares nas universidades, as demissões de professores, os expurgos nas bibliotecas públicas, o cancelamento da campanha de alfabetização pelo método Paulo Freire, etc. No início de 1965, a Revista Civilização Brasileira organizou um documentário intitulado “O terrorismo cultural” que, como já tratado, expôs um panorama geral da política obscurantista do regime. O terror cultural causava uma repugnância muito particular porque mostrava a baixeza e a covardia dos métodos de dominação da ditadura (CARVALHO, 2013, p.206).

No Brasil, a medida que o tempo passava, a repressão tendia a aumentar, o governo se apoiando na Lei de Segurança Nacional para cometer seus crimes contra a sociedade. Segundo Salles (1999) o decreto AI-5 foi assinado no dia 13 de

dezembro de 1968 pelo então presidente Costa e Silva, sem prazo determinado para acabar, sendo suspensas garantias individuais e restringindo a liberdade, agora o governo tinha em mãos um novo instrumento para enquadrar os crimes políticos.

Essa interferência, especificamente no campo universitário com decreto AI-5 em 1968, pois considera-se que após decretado este ato institucional, a onda de ataques na academia é intensificada. “Considerando os dois grandes expurgos, em 1964 e 1969, entre aposentadorias e exonerações, pode-se estimar que mais de 300 docentes foram afastados das universidades públicas” (MOTA, 2014, p.24).

Neste contexto de interferências dentro das universidades, desde o momento do golpe em 1964 e os anos que se seguiram, o governo colocou a intelectualidade como alvo de perseguições, estes vistos como possíveis “ameaças comunistas”. Com essa represália o país teve grandes prejuízos, pois foram anos de atrasos nas pesquisas e de outras atividades acadêmicas.

CAPÍTULO III: RELIGIÃO E POLÍTICA NA OBRA BATISMO DE SANGUE

3.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA BATISMO DE SANGUE

O livro *Batismo de Sangue* diz respeito a um depoimento pessoal do autor. Sobre um período em que o Brasil viveu anos difíceis e de forte repressão de um governo autoritário. Esta obra apresenta uma pequena parte de membros da Igreja Católica, que se opõe ao conservadorismo desta instituição. Esta igreja que já se omitiu diante de tantas barbaridades cometidas contra a humanidade ao longo dos séculos.

Apresentando os fatos históricos, Frei Betto relata que entre os anos de 1968 e 1969, ele e os freis Ivo, Tito de Alencar, Fernando e Oswaldo, ambos militantes políticos e frades dominicanos, optam por se engajarem na luta contra a ditadura. “Os dominicanos eram vistos, no meio estudantil, como uma espécie de guarda-chuva ao qual se recorra na hora da tempestade” (BETTO, 1982, p.80).

Frei Betto e seus companheiros da ordem dominicana fazem uma opção pela militância, visto por eles sob um viés interpretativo do evangelho. Na tentativa de mostrar que uma parte da igreja estava voltada para as questões sociais, narra como foi se envolvendo com o movimento de guerrilha urbana, ao manter contato com o líder da ALN¹⁸ Carlos Marighella, organização fundada em 1967, com um caráter de luta armada para que unissem forças para derrubar o governo.

A partir de 1968, o agrupamento passa a constituir-se numa organização revolucionária, a Ação Libertadora Nacional (ALN). O programa básico do movimento dirigido por Carlos Marighella propunha “derrubar a ditadura militar” e “formar um governo revolucionário do povo”; “expulsar do país os norte-americanos”; expropriar os latifundiários” e “melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias” (BETTO, 1982, p.60).

Ao se envolver com a militância no movimento estudantil e ao dar apoio a guerrilha urbana da ALN, Frei Betto consegue explicitar que a fé em Cristo o motivava a ter um compromisso com as questões sociais. Assim exigiria, que fossem na prática religiosos engajados e com um posicionamento político não apenas contra o regime,

¹⁸ A ALN desencadeou uma série de operações armadas, nas grandes cidades, com o fim de recolher dinheiro para a implantação da guerrilha rural. Da luta armada no campo, segundo a ALN, deveria nascer o Exército de Libertação Nacional, apto a derrotar a ditadura e aplicar um programa de transformações sociais (SALLES, 1999, p.63).

mas quanto as mazelas da sociedade que vivem sob o domínio de uma minoria que governa sob seus interesses, enquanto que as maiorias são desfavorecidas dentro da sociedade.

Frei Betto expressa na obra, também uma preocupação de sua ação política voltada para as minorias, isto pode estar relacionado também ao fato que durante ao período referente às ditaduras na América Latina, surgiu uma perspectiva chamada “Teologia da Libertação”¹⁹ com a proposta de engajamento na causa daqueles que foram oprimidos pelo capitalismo em países da América Latina. Segundo Boff (1983), a América Latina na década de 1970 foi o berço da Teologia da Libertação, algumas ideias expressas na teologia da libertação consistem na libertação daqueles que são oprimidos pela sociedade capitalista.

Frei Betto também apresenta Batismo de sangue como uma denúncia à ditadura militar, além de questões sociais, políticas e econômicas do país. Também nos mostra como membros da Igreja Católica ainda permaneceram indiferentes às questões sociais, com isso preservando o conservadorismo da instituição na preservação de seus dogmas.

3.2. FREI BETTO E O SEU ENGAJAMENTO POLÍTICO

Carlos Alberto Libânio Christo, estudou jornalismo e filosofia, foi um frade dominicano, intelectual, militante contra a ditadura militar no Brasil, preso entre 1969 e 1973, nasceu em Belo Horizonte no dia 25 de agosto de 1944, filho de Maria Stella Gomes Libânio e Antônio Carlos Vieira Christo sendo seus pais naturais da capital mineira. Antônio Carlos e Maria Stella se conheceram em 1930, se casaram em 29 de dezembro de 1941. Após o casamento foram morar na cidade do Rio de Janeiro e tiveram sete filhos, mas todos nascidos em Minas Gerais, o segundo foi Frei Betto que desde a infância começou a ser chamado de Betto e adotou esse nome mesmo após se tornar frade dominicano.

A família de Frei Betto pertencia as famílias tradicionais que representavam a elite mineira, com isso, desde a infância estudou nas escolas mais conceituadas de Belo Horizonte, frequentadas pelos filhos das elites mineiras.

¹⁹ A Teologia da Libertação surge no contexto da América Latina por volta da década de 1970, tem como foco principal solucionar as contradições da sociedade capitalista.

Acabou passando parte de sua infância no Rio de Janeiro, juntamente com seus outros seis irmãos, sendo eles Luiz Fernando, Maria Cecília, Maria Thereza, Rodrigo, Breno, Leonardo e Antônio Carlos. Todos mudam para Belo Horizonte em 1947, Betto e seus irmãos tiveram desde cedo uma formação religiosa, entrou na ordem dominicana²⁰ em 1965. Segundo consta em sua biografia, houve um momento em sua vida que Betto teve aversão ao catolicismo:

Aos 10 anos, Betto Pensava em ingressar no Colégio Militar, dirigido por seu tio José Carlos, mais foi reprovado em geografia, assim aos 11 anos, Betto foi matriculado no Colégio Marista Dom Silvério, escola particular, elitista, onde fez o ginásio entre 1955 e 1959. Lá começou a ficar com horror ao catolicismo, porque os maristas insistiam em dar aula de religião todos os dias, fazê-los rezar o terço em pé no início da aula, além de os obrigar a ir à missa com roupa de gala, Betto não gostava daquela tradição católica conservadora [...]. (FREIRE; SYNDOW 2016, p.37).

A trajetória de Frei Betto com a militância política teve início no movimento estudantil começando aos 13 anos, teve seu primeiro contato com a JEC²¹, a partir deste momento se integra ao movimento participando ativamente das atividades que eram desenvolvidas. Por volta de 1959, já com 17 anos, assume a liderança do movimento, a nível nacional, então se muda para o estado do Rio de Janeiro começa a frequentar a sede da UNE (União Nacional dos Estudantes), para participar de discussões com outros militantes de esquerda.

No período entre 1961 e 1969, diante de todo aquele cenário de tensão política que se espalhava pelo Brasil, com a renúncia de Jânio Quadros, a tentativa de impedimento da posse de João Goulart, e em seguida em 1964 com a derrubada do governo Goulart, e manifestações por todo país, Betto é preso duas vezes por integrar movimentos contrários ao regime, tendo como maior peso seu apoio a ALN.

Neste momento de sua vida, que antecede a prisão, começa a se engajar cada vez mais nas questões políticas. Ainda morando no estado do Rio de Janeiro se envolve em um projeto de educação popular²², voltado para operários da fábrica

²⁰ Segundo Freire; Sydow (2016), ao entrar na ordem dominicana afirmou que via na vida religiosa um caminho para fazer a “revolução no Brasil”.

²¹ Movimento Estudantil da Juventude Católica voltado também para questões políticas do país.

nacional de motores, podemos observar que Frei Betto tem um descontentamento com os rumos que o Brasil e o posicionamento da Igreja Católica após o golpe de 1964.

Após sair da prisão, podemos perceber que Frei Betto em 1974 não abandona a militância, mesmo sob forte perseguição, pois o país ainda estava vivendo uma ditadura, começa a voltar seu trabalho em dirigir as comunidades eclesiais de bases, publicações de livros e artigos, inclusive *Batismo de Sangue* e *Cartas da Prisão*, foram publicados em plena ditadura no qual o autor diz sobre sua obra “escrever a verdade doa a quem doer. E ela vai doer a muitas pessoas, como também doe em nós (Betto, 1982, p.310)”.

Além disso, começa a integrar um centro de educação popular²³, logo em seguida passa trabalhar com a pastoral operária²⁴ em São Bernardo do Campo, que é onde ele começa a se envolver no movimento grevista dando-lhes apoio entre os anos de 1978 e 1980 e conseqüentemente defensor dos trabalhadores sem-terra. O apoio aos operários era o de orientá-los, sobre o funcionamento do movimento.

Ainda segundo Toninha, o dominicano cumpria a tarefa de coordenar o grupo e acompanhar a formação política dos participantes da PO saía em campo para desenvolver o trabalho nos bairros e nas fábricas. “Frei Betto nos formava em todos os sentidos. Ele nos orientava teoricamente, em leituras do marxismo, e também em questões de ordem prática. Pedia sempre para a gente ter cuidado, porque estávamos na época da ditadura (FREIRE; SYDOW, 2016, p.199).

²² como ponto de partida para o projeto de educação popular, [...] costumavam utilizar imagens da própria fábrica para suscitar debates sobre o significado de alguns conceitos gerais, tais como “natureza” e cultura”, além de transmitir noções marxistas – “mais-valia”, “meios de produção”, “alienação”, que pudessem servir de substrato ao que era chamado de “conscientização política”. (FREIRE; SYDOW, 2016, p.56).

²³ Segundo Freire; Shydow (2016), CEPIS-centro de educação popular do Instituto Sapiencie: vinculado a Igreja Católica, tinha como projeto a educação junto a movimentos populares em São Paulo.

²⁴ Neste contexto da pastoral operária conhece Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-presidente Lula. Segundo Frei Betto ele nunca se filiou ao PT (Partido dos trabalhadores), mas apoiou desde a primeira campanha do então ex-presidente, entre os anos de 2002 e 2004 foi coordenador do programa Fome Zero. Acabou se decepcionando com o governo e ao partido e rompe seus laços, fazendo duras críticas com a publicação em 2006 do livro *a Mosca Azul: reflexão sobre o poder*.

Toda a trajetória de Frei Betto em movimentos sociais e o seu engajamento na luta contra a ditadura tem recebido fortes resistências dos setores mais conservadores. O posicionamento da alta hierarquia da Igreja Católica quanto ao seu envolvimento com movimentos contrários ao regime foi rodeado de muitas críticas desde sua prisão em 1969. Frei Betto é criticado²⁵ por diversos Bispos que representam a ala conservadora da igreja, por seus posicionamentos que vai desde questões de política partidária a outros temas variados, principalmente por ter algumas visões que são opostas ao conservadorismo da Igreja Católica

3.3. A QUESTÃO DA RELIGIÃO LIBERTADORA NA OBRA BATISMO DE SANGUE

No contexto da obra *Batismo de Sangue* Frei Betto apresenta na obra um conceito de religião que liberta, e uma fé que sugere o engajamento. Frei Betto é um intelectual da Teologia da Libertação no Brasil, o que leva a pensar a sua postura intelectual, enquanto integrante da Igreja Católica, tem a sua militância política durante a luta e a resistência à ditadura militar no Brasil em torno de 1968 e que nos apresenta a sua vivência e prática da fé cristã com base na Teologia da Libertação²⁶.

Em 1964 a instituição Igreja Católica no Brasil promoveu a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade²⁷, apoiando a ditadura, apresentando um caráter conservador e anti-subversivo. A Igreja Católica que apresentava um caráter conservador, buscou-se reestruturar e manter sua posição hegemônica diante da população, mas para isso foi preciso rever diversas ações e posturas diante destas transformações.

A polarização de ideias e a polêmica estavam presentes, também no interior da Igreja Católica. O grande dilema que se colocava na igreja, após 1964, era como manter a unidade de uma instituição cada vez mais dividida pelas contradições e conflitos do “mundo” (MARTINS, 1994, p.159).

²⁵ Segundo Freire; Sydow (2016) na atualidade continua a publicar artigos em jornais se posicionando de uma maneira que contraria o que a Igreja Católica pensa atualmente sobre temas que ainda são polêmicos pela instituição como aborto e homossexualidade.

²⁶ No processo histórico de ditaduras na América Latina, a Teologia da Libertação é um exemplo de uma nova proposta em que a Igreja Católica insere em seu projeto pastoral.

²⁷ O Objetivo dessa Marcha era em apoio ao golpe de 1964, bem como em defesa dos interesses próprios da Igreja Católica.

Durante a colonização ²⁸, a igreja assumiu um caráter dominador sobre os nativos, estando ao lado das classes dominantes daquele período, sendo elas a aristocracia e a burguesia. Neste período, não eram unânimes esta posição em que a igreja assumiu no processo de colonização da América por parte de alguns integrantes do clero.

Segundo Edwin Williamson (2009) esta instituição era a base para manter a organização social, bem como a ordem, com a independência na América especificamente na hispano América, a estrutura monárquica católica se vê abalada após a independência, pois a mesma já se vê excluída das questões do Estado. A igreja sente o abalo em seus alicerces que sempre a sustentaram como elemento dominador em vários aspectos sociais.

Toda essa herança colonizadora acarretou na América Latina, palco de golpes e ditaduras entre as décadas de 1950 e 1980, no qual trouxeram inúmeras consequências para a mesma. Este período foi marcado por tentar calar a voz de diversas lideranças de esquerda, sejam elas estudantis, sindicais, enfim uma série de sonhos e aspirações interrompidas com morte ou o exílio.

Para Edwin Williamson (2009) a política nos países latinos americanos é marcada pela instabilidade e falta de autonomia, pois a política gira em torno de interesses das “elites dirigentes”, sendo que esta foi a organização das elites no pós-independência, que conseqüentemente tem a desigualdade social como resultado destas instabilidades políticas em países da América Latina.

De acordo com MARTINS (1994), podemos ver uma tentativa da instituição em reestruturar a igreja, que a partir do Concílio do Vaticano II em 1962, esse evento da instituição católica, apresenta uma proposta na qual a igreja passasse a se empenhar mais com os setores marginalizados e oprimidos da sociedade.

Assim a partir do concílio do Vaticano II²⁹, pode-se dizer que houve uma “abertura” dentro da Igreja Católica³⁰ quanto à causa dos pobres. Dentro deste

²⁸ A igreja na América Latina neste processo de colonização usou a religião como elemento de dominação impondo a fé católica e os seus princípios como base para civilizar os nativos, e ao mesmo tempo usar a religião como instrumento de dominação do Estado.

²⁹ Propõe mudanças fundamentais, principalmente quanto aos leigos poderem a partir deste momento, fazer parte nas questões da igreja. A partir deste momento a Igreja Católica começa definir sua política de ação popular.

contexto que surgiu na América Latina essa corrente teológica cujo nome se designa Teologia da Libertação, que apresenta uma crítica à sociedade capitalista, especificamente em relação aos países desenvolvidos que são responsáveis por assolar a miséria nos países subdesenvolvidos.

Esta corrente teológica aponta para uma mudança no posicionamento de uma minoria da instituição católica, que busca se aproximar dos pobres e oprimidos, pode-se dizer que na visão dos teólogos da libertação, a Igreja Católica agora é a “igreja dos pobres”. Diante desse quadro político na América Latina, a Teologia da Libertação estava voltada para uma suposta superação dos diversos problemas sociais através da prática de fé cristã.

A América Latina constitui hoje um lugar teológico privilegiado para a ação e a reflexão porque aqui se vivem problemas cadentes, verdadeiros desafios para a fé. É o único continente de cristandade colonial, com todas as consequências culturais, políticas, econômicas e religiosas, que sobrevivem até nossos dias. A teologia da libertação surgiu de uma práxis experimentada ou de uma experiência praticada em tal contexto e pretende levar a uma práxis mais esclarecida e qualificada, que seja deveras liberadora. [...]. seu objetivo é conferir maior criticidade a essa mesma teologia e fazer mais efectiva e vigilante a práxis da fé (BOFF, 1980, p.28).

A obra Batismo de Sangue apresenta uma minoria de membros do clero que buscaram compreender na Teologia da Libertação os problemas sociais, políticos e econômicos dentro do contexto nos quais estavam inseridos, expressando a sua indignação aos dominadores da América Latina, tentando conciliar a fé católica e ao mesmo tempo ter uma ação militante em movimentos sociais, contra a ditadura militar.

Frei Betto, também apresenta uma outra perspectiva de cristão, onde este não era apenas voltado para o espiritual, agora o cristão tinha um caráter de interesse nos problemas sociais. Apresentando a proposta de uma igreja capaz de lutar e resistir, podendo se expressar na luta política dos movimentos estudantis, importantes forças contra o Estado repressor como JUC, JEC estão entre representantes das lideranças estudantis.

³⁰ Nesse plano pastoral, destacava-se a importância da fundamentação teológica, que permitia não só esclarecer melhor as opções pastorais da igreja, mas que ajudava, também a definir em que consistia o mundo “segundo os desígnios de Deus. Essa fundamentação já se encontrava, de certa forma, na Doutrina Social Igreja, mas foi a Teologia da Libertação que, lidando com categorias como pobre, oprimido, libertação, entre outras, aprofundou a reflexão e deu sustentação teórica desse projeto de uma nova igreja (MARTINS, 1994, p.161).

Na obra *Batismo de Sangue*, podemos perceber que diante das forças repressivas do Estado, uma parte da Igreja Católica começa a ter expressão em seus movimentos voltados para o debate das questões relacionadas à luta contra o regime. No entanto esses movimentos católicos foram fundamentais, para a disseminação de ideias e aproximou a igreja da realidade da sociedade brasileira.

[...], a efervescência dos debates que ocorriam em vários grupos políticos de esquerda fazia com que os movimentos militantes ligados à igreja passassem a discutir, mais intensamente a realidade brasileira buscando descobrir novas formas de participação nos movimentos sociais (MARTINS, 1994, p. 159).

Neste contexto do surgimento da Teologia da Libertação, todo esse movimento em torno desta perspectiva, a igreja católica veio passando por mudanças por volta da década de 1960. Começa a delinear uma atuação mais comprometida com as questões sociais, isto pautado na nova orientação da instituição em que o leigo era uma figura fundamental na nova política da igreja, consistindo em voltar a atenção aos pobres.

Em oposição ao conservadorismo da Igreja Católica, Frei Betto³¹ tem uma forma de viver a religião, fundamentada na Teologia da Libertação, destituída de poder e comprometida com a mensagem do evangelho. A religião libertadora³² na perspectiva de Frei Betto, é voltada para fé cristã, com motivações de fé em lutar contra as injustiças sociais, o comprometimento com os desfavorecidos.

Considerando que a religião recebe muitas críticas quanto ao seu papel enquanto instituição, e ao papel que ela veio desempenhando ao longo dos séculos, o que se abstrai do conceito de religião libertadora na concepção de Frei Betto, é que uma religião libertadora pressupõe uma “*nova igreja*” voltada para os menos favorecidos que é uma das ideias na corrente da teologia da libertação.

³¹“Servir à causa de libertação dos pobres é servir a Cristo. Uma parte da igreja afastou-se historicamente da proposta evangélica. Trocou a aliança com o povo pela aliança com o poder. E o capital de nossa fé foi apropriado pelos opressores. O cristianismo passou a ser o espírito religioso do liberalismo. Deus, porém, não abandonou o seu povo. [...]. Na América Latina, a religião cristã não seria mais ópio do povo e o ócio da burguesia. Seria, sim, sinal de contradição, pedra de escândalo, fogo que queima e alumia, espada que divide. Já não se poderia servir a Deus e ao dinheiro”. (BETTO, 1982 p.82).

³² A religião libertadora segundo a visão de Frei Betto não está voltada para a perspectiva de transformação social, e sim para mudanças na sociedade quanto as desigualdades sociais.

3.4. RELIGIÃO E POLÍTICA SEGUNDO FREI BETTO

Enfatizamos em uma discussão anterior que no contexto da América Latina a Teologia da Libertação ganhou espaço para muitas questões relacionadas aos problemas sociais, para que fossem discutidas dentro do âmbito da igreja católica. Embora muito criticado por alguns setores conservadores da igreja, Frei Betto³³ é um desses teólogos que levou esse projeto de igreja delineado pela política de ação popular da Igreja Católica.

Ao analisar a obra *Batismo de sangue* identificamos que Frei Betto antes de sua formação acadêmica se envolveu com o movimento estudantil, deu continuidade à militância política após entrar na ordem dominicana. Frei Betto, além de analisar questões entre igreja e política, tem uma concepção de cristianismo e marxismo³⁴ e conseqüentemente da relação entre cristão e marxistas.

Ao falar de marxismo e cristianismo nos remete a pensar se há a possibilidade de ambos dialogar entre si, e como seria essa relação entre cristãos e marxistas na visão de Frei Betto? Para Dorisso não tem a possibilidade desse diálogo:

sustentamos a tese de que existe incompatibilidade entre o marxismo e a religião, pois a teoria social da formação do indivíduo fundamentada em Marx é completamente divergente da concepção – na realidade, crença - judaico-cristã de homem criado por Deus (DORISSO, 2012, p.883).

Para Betto (1986) não existem contradições entre marxismo e o cristianismo, o que ocorreram foram equívocos, considerando o estado ser o responsável por manipular essas contradições. Em oposição a visão de Frei Betto, de acordo com Chagas (2017), Marx defende que o homem sonha com um mundo fantasioso, projeta sua essência num ser superior, porque ele não vê, na vida real da sociedade, as condições para o desenvolvimento de sua humanidade (2017, p. 06).

³³Leitor de Marx e admirador confesso da Revolução Cubana, assim como muitos de sua geração, Betto acompanhou com vivo interesse as articulações levadas adiante por líderes da JUC com vistas a criar um partido político, que fora da órbita e do controle da hierarquia da Igreja Católica, deveria reunir cristãos e marxistas em torno do projeto de transformações sociais do país (FREYRE; SYDOW, 2016, p.53).

³⁴ São incompreensíveis e inexplicáveis se não se levar em consideração a profunda modificação da cultura católica latino-americana resultante da integração, por importantes setores da igreja, de alguns temas essenciais do marxismo (LOWY, 1989, p.05).

Frei Betto tem um olhar sobre o marxismo, que em sua concepção, é um instrumento de libertação defende que, o que importa é utilizar a teoria marxista como ferramenta de libertação dos povos oprimidos [...], o marxismo deverá ser aferido por essa luta, pois só assim não perderá seu vigor revolucionário (BETTO, 1986, p.36).

Em relação a sua visão quanto ao cristianismo, vê a religião com um potencial libertador³⁵, Betto enfatiza que a religião cristã primitiva tem os fundamentos bíblicos, que reafirmam os ideais de libertação.

O cristianismo surge da prática libertadora da comunidade de Jesus de Nazaré e seus apóstolos, na Palestina do século I. Nesta região, dominada política, econômica e militarmente pelo Império Romano, Jesus assume a causa dos pobres, anunciando-lhes o Deus da vida, denuncia a religião opressora, legitimadora de injustiças, dos fariseus e saduceus, desmitifica o reino César prometendo o Reino de Deus que suprimirá todas as desigualdades e contradições sociais, entra em choque com o poder judaico-romano, é perseguido, preso, torturado e assassinado na cruz [...]. Dessa fé nascem as primeiras comunidades cristãs, [...], das quais o apóstolo Paulo dá um retrato de sua composição aos coríntios (BETTO, 1986.p.15).

No que diz respeito a relação entre cristão e marxistas³⁶, Frei Betto faz uma análise em que vê a possibilidade de o cristianismo dialogar com o marxismo. Afirmando que ambos têm o mesmo objetivo que é a libertação do homem. Com apontamentos para uma religião que liberta como foi citada logo acima, sugere a prática de fé cristã como um instrumento de libertação do oprimido³⁷ na luta contra as injustiças sociais, essa é uma das ideias da Teologia da Libertação.

_Leu que Marx considera a religião ópio do povo?

_é a burguesia que faz a religião um ópio do povo, pregando um Deus apenas senhor dos céus enquanto ela se apodera da terra. O Deus da minha fé é aquele que se encarna em Jesus Cristo e assume a libertação dos oprimidos. Cabe a nós cristãos provar que a afirmação de Marx, válida para Alemanha dos séculos XVIII e XIX, não pode ser generalizada a todas as épocas e sociedades (Betto, 1982, p.147).

³⁵ Pressupõe uma aproximação com a perspectiva da teologia da libertação.

³⁶ Do lado de dentro dessas grades, encontram-se comunistas e cristãos. O que há de comum entre nós? O mesmo amor a libertação do povo. [...]. No entanto, cristãos e marxistas sempre foram considerados polos antagônicos (BETTO, 1982, p.246).

³⁷ Segundo Boff (1980) Na perspectiva da teologia da libertação, está voltada a libertação do oprimido pela sociedade capitalista no contexto da América Latina.

Embora uma das críticas marxistas à religião, defende que a mesma não mostra a realidade, tampouco aponta meios para a libertação, como Frei Betto defende, segundo Chagas (2017) a religião é um fenômeno social, como uma imagem do mundo invertido, das reais contradições da sociedade, por exemplo, das contradições da realidade do capital (CHAGAS, p.05).

Podemos perceber que Frei Betto ao longo da obra que está sendo analisada, se posiciona contra as contradições da sociedade capitalista. Suas aspirações estão voltadas para problemas sociais decorrentes das desigualdades. Precisamente não aponta meios para uma transformação social³⁸ que é um objetivo do intelectual engajado, o que seria contraditório considera-lo um intelectual revolucionário no interior da intelectualidade.

Mas o que observa é um descontentamento pessoal de Frei Betto diante de tantos problemas sociais, grande parte desses problemas são provocados pela sociedade capitalista. Assim o seu engajamento no movimento estudantil foi motivado, por uma insatisfação individual³⁹. Vale ressaltar que sua postura intelectual de Frei Betto não se identifica com o conceito de intelectual engajado.

embora alguns intelectuais (indivíduos) podem romper com este processo e representar intelectualmente outra classe social. Esta ruptura pode ser parcial ou total. um intelectual profissional, por pertencer aos estratos mais baixos, pode se revoltar contra sua condição e assim assumir um discurso crítico e até se aliar a setores que prega uma transformação social, o que não significa que tenha se tornado autenticamente um intelectual revolucionário, pois sua produção intelectual ainda fica limitada por não realizar uma superação completa, já que o seu posicionamento não é derivado de uma identificação dos seus interesses com os da classe explorada e sim um descontentamento individual que proporciona uma revolta individual sem grande alcance e que, se for compensado, pode “mudar de lado”. Este é o caso de diversos intelectuais ligados a partidos de “esquerda” (VIANA, 2006, p. 05).

Ao analisar a concepção política de Frei Betto, a partir da obra Batismo de Sangue, identificamos que sua concepção está voltada para a relação entre religião e política. Para Betto política tem que se encontrar com os valores de uma religião

³⁸ O intelectual, neste caso, deve realizar um engajamento na luta pela transformação social e abolição das classes em geral, inclusive da sua própria classe social (VIANA, 2006, p.06).

³⁹ Viana (2006) defende que os intelectuais podem romper com sua classe, mas não precisamente será definitivo o seu posicionamento crítico.

libertadora, uma vez que essa perspectiva de religião está voltada para implantação de políticas sociais mais justas.

A concepção política de Frei Betto consiste em lutar contra injustiças sociais, as desigualdades, a busca por implantação de políticas sociais justas. Assim a sua concepção está voltada para a amenização de problemas sociais, políticos e econômicos. Frei Betto tem um posicionamento político voltado para reformas frente aos problemas sociais, ao contrário do marxismo que busca uma transformação na sociedade, o fim da sociedade de classes e a emancipação humana⁴⁰.

Desta forma, a posição de Marx sobre o que deve ser o intelectual – no sentido de produtor de ideias, seja ou não um profissional – é a unidade indissolúvel entre prática e crítica, visando a transformação social, ou, em síntese, efetivar uma práxis revolucionária.

Neste sentido a teoria é uma práxis revolucionária, pois ela visa a transformação radical da sociedade [...]. (VIANA, 2013, p.89).

Assim Frei Betto apresenta uma articulação entre inspiração religiosa nos princípios de justiça e igualdade do evangelho de Cristo⁴¹ relacionando-os com os problemas sociais, políticos e econômicos. É possível observar que Frei Betto pauta a sua análise da religião a partir de comunidades cristãs ainda primitivas como foram apresentadas anteriormente, com isso, podemos ver Frei Betto muito convicto em sua visão de igreja que no decorrer da década de 1960 e 1970 com o surgimento da Teologia da Libertação, e a proposta da ação católica em voltar para os leigos nas questões sociais.

No que diz respeito ao posicionamento de Frei Betto⁴², quando o mesmo afirmou que cristãos e marxistas tem objetivos em comum quanto a libertação do homem na sociedade capitalista acaba se contradizendo. Com base nas discussões do conceito de intelectualidade, percebemos que Betto mesmo criticando a sociedade capitalista é um intelectual que reproduz os valores das classes dominantes, ao

⁴⁰ Neste sentido a teoria da práxis revolucionária, pois ela visa a transformação radical da sociedade [...]. (VIANA, 2013, p. 89).

⁴¹ [...] Nessa esfera de justiça e igualdade que é o principal da pregação de Jesus. O papel da igreja é anunciar o reino. (BETTO, 1982, p.146).

⁴² Os ambíguos são aqueles intelectuais que possuem vínculo com mais de uma instituição e ficam entre elas. É o caso de um intelectual que é cientista e está na universidade e, ao mesmo tempo, pertence a um partido ou igreja e tenta mesclar os dois compromissos com as duas instituições. Isso gera certas ambiguidades e representações conflitantes, tal como entre a fé religiosa e a ciência, ou entre a necessidade de tomar partido nas questões políticas graças ao vínculo partidário e a exigência, científica, de “neutralidade” e, acadêmica, de circunspeção. (VIANA, 2015, p.27).

demonstrar na sua concepção política um caráter de reformismo de algumas contradições da sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho buscou apresentar conceitos da obra *Batismo de Sangue* dentre eles religião e política. Além disso procuramos definir os conceitos de intelectuais e engajamento político nas concepções de Viana, Marques, Souza, Braga e Proto.

Durante o período da renúncia de Jânio Quadros, e a tentativa de impedir que João Goulart assumira a presidência em 1961. É marcado por intensas manifestações políticas, podemos ver como diversos setores da sociedade se organizaram para apoiar o golpe de 1964. Grande parte dos setores conservadores da Igreja Católica apoiaram a ditadura militar.

Também apresentamos grupos dos movimentos JEC, JUC e ALN que se engajaram na luta de resistência durante o governo militar. Neste contexto, enfatizamos a trajetória de alguns membros da ordem dominicana com o envolvimento no movimento estudantil, e com a ALN, dando apoio ao acolher perseguidos políticos por volta de 1969, estes além de religiosos estavam voltados para questões políticas.

Outra questão que discutimos foram as perseguições no campo acadêmico, onde as universidades, centros de pesquisas, bibliotecas sofreram fortes represálias do governo. Devido a estes ataques o Brasil passou por retrocessos no campo da pesquisa pois, tivemos figuras importantes do meio acadêmico que quando perseguidos tiveram que deixar o país.

Esta pesquisa enfatizou o intelectual e a política, mostramos um pouco da trajetória de Frei Betto antes de se tornar membro da igreja católica, grande parte da Igreja Católica é conservadora. Posteriormente se posicionando nas questões políticas, inicialmente como militante do movimento estudantil. A partir da militância segue a carreira intelectual, com discussões voltadas para religião e política. Apesar de ser muito criticado por membros da hierarquia da igreja, Frei Betto ainda continua na ordem dominicana.

Durante as reflexões sobre os conceitos de intelectualidade e engajamento político, percebemos como o conceito de intelectualidade possui diversas concepções no que versa sobre o papel dos intelectuais e sua função na sociedade. Além disso, para compreendemos que o papel desempenhado por vários intelectuais, não é apenas voltado na produção do saber especializado, grande parte dos intelectuais trabalham para interesses das classes dominantes no contexto da sociedade

capitalista e até mesmo para interesses próprios. Mas também tem aqueles intelectuais engajados que não compactuam com os valores das classes dominantes, se posicionam criticamente contra estes interesses.

Interessante observar que geralmente não nos atentamos para esta questão das posturas intelectuais, tínhamos uma visão muito limitada quanto a isto, quando não tem o conhecimento do conceito, compreendemos os intelectuais como pessoas “cultas” que produzem conhecimentos. Podemos perceber como as discussões desses conceitos foram importantes para compreendermos o posicionamento político de Frei Betto.

Enfatizamos o conceito de religião e política em Frei Betto (1982), essa questão é muito explorada pelo autor, apresenta posicionamentos sobre estas questões desde teologia da libertação, cristianismo e marxismo. Tentando estabelecer um diálogo entre ambos, ao mesmo tempo tentando conciliar sua fé cristã com algumas ideias do marxismo.

Frei Betto considera a religião numa perspectiva de libertação, na busca de uma sociedade mais igualitária, com políticas sociais voltadas para amenização das desigualdades, assim estará concretizando os valores da fé cristã. No que diz respeito a sua concepção política a partir da obra Batismo de Sangue, a sua concepção está voltada para valores fé. A concepção política do religioso consiste em buscar uma sociedade com menos desigualdades sociais, injustiças, esta concepção está voltada para solução de alguns problemas sociais. Seu posicionamento político está voltado para a questão de reformas na sociedade, com isso, acaba se contradizendo quando defende que cristãos e marxistas buscam a libertação do homem na sociedade capitalista, pois ao contrário os marxistas buscam a transformação social.

Considerando Frei Betto uma figura interessante no que diz respeito a pertencer a uma instituição conservadora, podemos considera-lo, um membro da Igreja Católica com tendências menos conservadora, por participar de discussões e se posicionar em questões políticas. Uma vez que a Igreja Católica não costuma se envolver com determinados assuntos que a instituição mantém seus valores conservadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIDIOCESE, de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*. Editora Vozes Ltda, Petrópolis, RJ,1985.

ASSOCIAÇÃO, de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre, 2008.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Círculo do Livro, São Paulo ,1982.

BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. Editora Vozes, Petrópolis-RJ,1980.

BETTO, Frei. *Cristianismo e Marxismo*. Editora Vozes 2º ed. Petrópolis, RJ.1986.

BRAGA, Lisandro. *Intelectualidade e Perspectiva de Classe*. Revista Despierta Ano 1, número.01,2014.Disponível em:<<http://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/1>>braga1/149>. Acesso em: 30 mar. 2018.

CONTREIRAS, Hélio. *AI 5: A Opressão No Brasil*. Sindicato. Editora Record 2ed. Rio de Janeiro, RJ,2010.

COMISSÃO, Nacional da verdade. *Violação de Direitos Humanos na Universidade*. Texto 6, 2014. Disponível em:<<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

CARVALHO, Cláudia. P. *Intelectuais, cultura e repressão política na ditadura brasileira (1964-1967): relações entre direito e autoritarismo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Brasília, 2013.

CHAGAS, Eduardo F. *A Crítica Da Religião Como Crítica Da Realidade Social No Pensamento De Karl Marx*. 2017. Disponível em:<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2016/01/A-RELIGIAO-EM-MARX-E-Chagas.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.

<http://www.dominicanos.org.br/>: Acesso em 23 nov.2018.

DREIFUSS, Armand René. 1964 *A conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Editora Vozes 3º ed. Petrópolis, 1981.

DORISSO, José Luiz. *Marxismo e a Religião*. 2012 Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/.../artigo_eixo4_335_1410803537.pdf> Acesso: 30 out. 2018.

FREIRE; SYDOW. Frei Betto: *Biografia: Frei Betto. Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 2016.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina*. Cap.01, os regimes militares sul americanos na década de 1960. Editora contexto. São Paulo, 2001.

LOWY, Michel. *Cristianismo e Marxismo na América Latina*. Revista Lua Nova, São Paulo. Novembro de 80, N.19. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000400002>. Acesso em: 19 set. 2018.

MARQUES, Edmilson. *Intelectuais e luta cultural*. Em: BRAGA, L. & MARQUES, E. Intelectualidade e luta de classes. São Carlos, SP. Pedro e João editores, 2013.

MARTINS, Heloisa Helena T. Souza. *Igreja e Movimento operário no ABC*. Editora HUCITEC. São Caetano do Sul, São Paulo, 1994.

MARX;ENGELS.*ManifestoComunista*,1999.Disponívelem:<<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>.

MATHIAS, Suzeley. *O Golpe de 1964 e a Universidade: Entre a repressão e a modernização*. Revista Adusp, 2004. Disponível em:<<https://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a16.pdf>>.

VIANA, Nildo. *Marx e os Intelectuais*. Revista eletrônica, Ano 7, ed. 16 jun./set 2103. Disponível em:< <https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/2655>>. Acesso em: 30 out.2018.

VIANA, Nildo. *Intelectualidade Como Classe Social*. Revista Espaço Acadêmico. N.63, Agosto/2006.Disponívelem:<http://www.espacoacademico.com.br/063/63esp_viana.htm>. Acesso em: 30 out.2018.

VIANA, Nildo. *Intelectuais Venais e Axiologia*. Vol. 01, num. 01, jan./jun. de 2015. Disponível em: <<https://redelp.net/revistas/index.php/rax/article/viewFile/3viana01/215>>. Acesso em: 30 out.2018.

VIANA, Nildo. *Hegemonia e Luta Cultural*. Revista Sociologia em Rede, vol. 5 num. 5 2015. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/4viana5b>> Acesso em: 30 nov.2018.

SOUZA, Erisvaldo. *Reforma, Revolução e Ação intelectual*. Em: BRAGA, L. & MARQUES, E. Intelectualidade e luta de classes. São Carlos, SP. Pedro e João editores, 2013.

SOUZA, Erisvaldo. *A trajetória Intelectual e Política de Maurício tragtenberg*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, 2017.

SALLES, Pinheiro. *1964: Golpe & Ditadura*. UBE-Goiás. Goiânia, Go,1999.

TOLEDO, CAIO. *O governo Goulart e golpe 64*. Editora Brasiliense,4^oed. São Paulo.

PATARRA; RATTON. *Batismo de Sangue*. Imprensa Oficial. SãoPaulo,2008. Disponível em:<http://aplauso.imprensaoficial.com.br/edicoes/12.0.813.442/12.0.813.442.pdf>

PROTO, Leonardo Venicius. P. *Postura Intelectual e Ambiguidades em Florestan Fernandes*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

WILLIAMSON, Edwin. *História da América Latina*. Edições 70 LDA, Lisboa, Portugal, 2009.